


CONVITE
PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO

Nos termos e para os efeitos previstos no artigo 115.º do Código dos Contratos Públicos, convida-se V.Ex.ª a apresentar proposta relativa a:

Aquisição de material para a habitação social Trás de Castelo nº11

1. Entidade adjudicante:

Município de Alfândega da Fé, Largo D. Dinis, 5350-045, Alfândega da Fé, tel.279468120 e com o endereço de correio electrónico cmafe.ccp.alfandega@gmail.com.

2. Órgão que tomou a decisão de contratar:

O Vereador da Câmara Municipal, através do despacho datado de 22 de novembro de 2021, tendo presente as competências que decorrem da lei no âmbito da autorização de despesa.

3. Fundamento da escolha do procedimento de ajuste direto:

De acordo com as disposições conjugadas do artigo 18.º e do artigo 20.º, n.º 1, alínea d), do CCP, a escolha do procedimento de ajuste direto é feita tendo por base o valor do contrato.

4. Documentos que constituem a proposta

1. A proposta é constituída pelos seguintes documentos:

- a. Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I ao presente convite, do qual faz parte integrante.
- b. Documento que contenha:
 - i. Os preços unitários dos bens previstos no caderno de encargos;
 - ii. O preço total dos bens.
- e. Certidão permanente ou código de acesso.
- f. Integram também propostas outros documentos que o concorrente considere indispensáveis à sua disposição de contratar.

2. A elaboração da proposta obedece ao disposto nos artigos 58.º e 62.º do CCP.

3. Todos os documentos que constituem a proposta deverão ser assinados pelo concorrente ou pelo(s) representante(s) legal(ais) com poderes para o(s) vincular, de acordo com os números 4 e 5 do artigo 57.º do CCP, devidamente conjugados com o artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

5. Entrega da proposta e prazo:

A proposta e os documentos que a constituem devem ser apresentados através de meio de transmissão eletrónica de dados, designadamente cmafe.ccp.alfandega@gmail.com e preferencialmente encriptada, tendo o (s) interessado (s) de enviar código de acesso, até às 12:30h; após o término para a apresentação da proposta (6º dia).

6. Prazo para apresentação da proposta:

5 (cinco) dias e até às 23:59 do último dia, seguidos a contar da data do envio do presente convite.

7. Caução (modo e valor, se aplicável):

Não será exigida ao adjudicatário a prestação de caução.

8. Esclarecimentos:

Nos termos do artigo 116.º do CCP, os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento deve ser solicitado pelo interessado, por escrito, até ao dia anterior ao termo do prazo fixado para apresentação da proposta. Em conformidade com o disposto no artigo 125.º do CCP, compete aos serviços da entidade adjudicante pedir esclarecimentos sobre a proposta apresentada, podendo o concorrente ser convidado a melhorar a sua proposta.

9. Decisão de adjudicação e apresentação de documentos:

Cumpridas as formalidades previstas nos pontos anteriores, a entidade adjudicante procede à adjudicação da proposta.

O adjudicatário deve apresentar, no prazo de cinco dias úteis a contar da notificação da adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:

- Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II (alínea a), do n.º 1, do artigo 81.º do CCP).
- Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 artigo 55.º do CCP.
- Os documentos de habilitação devem ser assinados e redigidos em língua portuguesa, à semelhança dos documentos da proposta.
- O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste do convite ou do programa do procedimento (conforme o caso), a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando -lhe prazo para o efeito.
- Tendo em vista a supressão de eventuais irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, poderá ainda ser concedido pela entidade adjudicante um prazo de cinco dias úteis, em cumprimento do preceituado na alínea j) do n.º 1 do artigo 115.º do CCP.

Alfândega da Fé, 24 de novembro de 2021

O Vereador da Câmara de Alfândega da Fé,


(Jorge Barralho Figueiredo)